

Levante juventude, juventude é prá lutar: redes interpessoais, esferas de vida e identidade na constituição do engajamento militante

Após um período de relativo declínio da produção acadêmica brasileira voltada ao tema dos movimentos sociais, observa-se uma retomada desse campo de estudos em anos recentes¹. Esse movimento de revitalização se caracteriza não apenas pelo crescimento da literatura produzida no país, mas, sobretudo, pelo contato e articulação com a ampla e qualificada literatura internacional que, em virtude do declínio, não teve a devida repercussão no Brasil até o momento².

É no bojo desse processo de retomada que este artigo se insere, buscando contribuir para qualificar o tratamento analítico de um processo fundamental para o estudo dos movimentos sociais: a construção do engajamento militante. Este tema, objeto central tanto para a abordagem da *contentious politics* (TILLY e TARROW, 2007; TARROW, 2009) quanto para a *sociologia do militantismo* (FILLIEUE, 2001; GAXIE, 2005), não recebeu a devida atenção da literatura nacional, ainda fortemente marcada pelo modelo clássico que tende a ver na ação coletiva (e, assim, nos engajamentos individuais que a

¹ Esta retomada é exemplificada pela recente publicação de duas revistas enfocando especificamente esta temática: Cadernos CRH nº54, set./dez. 2008 (Dossiê Movimentos Sociais e Política) e Estudos Históricos nº42, jul./dez. 2008 (Movimentos Sociais e Partidos Políticos).

² Um dos sinais desta desarticulação entre a produção internacional e a nacional se expressa na escassa publicação no Brasil das principais obras contemporâneas sobre movimentos sociais, dificultando o acesso de estudantes e pesquisadores ao debate internacional. Espera-se que essa lacuna comece a ser preenchida a partir da publicação, em 2009, do já clássico livro de Sidney Tarrow, *Poder em movimento*, pela Editora Vozes.

constituem) um desdobramento de determinadas condições ou atributos compartilhados³. Rompendo com essa naturalização da produção do agir coletivo, parte-se da problematização estabelecida por Melucci, para quem “a ação não se deduz pela condição social” (MELUCCI, 2001, p. 100); ou seja, investigam-se os mecanismos que permitem compreender como se produz a passagem da condição comum ao engajamento militante.

Para desenvolver essa investigação, este artigo toma como objeto empírico o engajamento de indivíduos no denominado Levante Popular da Juventude (LPJ), uma organização atuante no estado do Rio Grande do Sul, que agrega jovens de vários movimentos sociais, além de grupos culturais e estudantes. Mais especificamente, analisa-se como as redes interpessoais e a conjugação entre militância e esferas de vida influenciam no engajamento daqueles indivíduos, criando uma identificação coletiva enquanto jovens e militantes.

O LPJ constitui um caso bastante fértil para o estudo dos processos de identificação que fundamentam o engajamento militante, pois é constituído por jovens com significativas diferenças em termos de posições e trajetórias sociais. Neste sentido, amplia a diversidade constitutiva de qualquer ator coletivo⁴, permitindo visualizar de maneira mais precisa as tensões envolvidas na construção de práticas e representações convergentes entre indivíduos marcadamente heterogêneos. Além disto, o fato do LPJ não ser uma organização integrante do chamado “movimento estudantil” possibilita ampliar o campo empírico dos estudos sobre as formas de ação coletiva e engajamento juvenil que, tradicionalmente, tende a ficar restrito aos processos organizativos que se desenvolvem entre estudantes (especialmente universitários).

A coleta de dados da pesquisa foi feita na cidade de Porto Alegre/RS, a partir de entrevistas com quatorze militantes do LPJ, caracterizados no quadro a seguir:

³ Como salienta Kowarick (2000, p.125-126), “ignorar que a pauperização econômica, a espoliação urbana ou a opressão política nada mais são do que matérias-primas que, em certas conjunturas, alimentam as reivindicações populares: entre estas e as lutas sociais propriamente ditas há todo um conjunto variado de mediações que é historicamente produzido e que não está de antemão tecido nas teias das determinações estruturais. Ignorá-las significa cair, como o fizeram muitas de nossas investigações, no que pode ser designado de *deducionismo das condições objetivas*”.

⁴ Conforme destacado por Melucci (1990, p. 2), “Collective action is not a unitary empirical phenomenon, and the unity, if it exists, should be considered as a result rather than a starting-point, a fact to be explained rather than evidence. The events in which individuals act collectively combine different orientations, involve multiple actors, and implicate a system of opportunities and constraints that shape their relationships”.

Quadro 1 – Caracterização dos entrevistados

Nome ¹	Idade	Ocupação dos pais	Local de Moradia	Ensino Médio	Curso Superior / Universidade	Posição social ²
Luís	25	Mãe: Bancária Pai: Desempregado	Cidade Baixa – Porto Alegre/RS	Particular	Ciências Sociais/ UFRGS3	Classe Média
Arthur	21	Mãe: Assistente Social Pai: Engenheiro Metalúrgico	Cristo Redentor – Porto Alegre/RS	Particular	Ciências Sociais/ UFRGS	Classe Média
Alex	23	Mãe: Funcionária Pública Pai: Jornalista	Vila Nova – Porto Alegre/RS	Particular	Ciências Sociais/ UFRGS	Classe Média
Leandro	26	Mãe: Empregada Doméstica Pai: Vigia	Vila Cruzeiro – Porto Alegre/RS	Público (Educação de Jovens e Adultos)	Ciências Sociais/ UFRGS (ingresso em 2009 - cotas)	Popular
Zé	22	Mãe: Cozinheira Pai: Autônomo	Vila Cruzeiro – Porto Alegre/RS	Público (Educação de Jovens e Adultos)	Economia/UFRGS (ingresso em 2009 - cotas)	Popular
Rosa	19	Mãe: Desempregada Pai: Contador autônomo	Vila Nova – Porto Alegre/RS	Público	Ciências Sociais/ UFRGS	Popular
Amanda	32	Mãe: Auxiliar de Serviços Gerais Pai: Autônomo	Vila Cruzeiro – Porto Alegre/RS	Estudou até o 1º ano do Ensino Médio - Público	-	Popular
Sandra	24	Mãe: Dona de Casa Pai: Ferreiro	Cristal – Porto Alegre/RS	Público	-	Popular
Vanessa	19	Mãe: Funcionária Pública Nível Superior Pai: Funcionário Público Nível Superior	Jardim Botânico – Porto Alegre/RS	Particular	Pedagogia/UFRGS (ingresso em 2008)	Classe Média

Renata	16	Mãe: Catadora	Ilha das Flores – Porto Alegre/RS	Estudou até a 7ª série do Ensino Fundamental - Público	-	Popular
Rita	21	Mãe: Administradora Pai: Administrador	Centro – São Leopoldo/RS e Partenon – Porto Alegre/RS	Público/Particular	Artes Cênicas/UFRGS ⁵	Classe Média
Maurício	26	Mãe: Dona de Casa Pai: Mineiro	Centro - Minas do Leão/RS e Partenon – Porto Alegre/RS	Particular (bolsista)	História/UFRGS	Popular
João	26	Mãe: Professora Federal de Nível Superior Pai: Funcionário Público Nível Superior	Centro – Rio Grande/RS e Centro – Porto Alegre/RS	Público (Federal)	História/UFRGS	Classe Média
Gabriel	23	Mãe Aposentada	Centro –Esteio/RS	Público	Ciência Política/ULBRA ⁴ e Letras/UFRGS (ingresso em 2009 - cotas)	Popular

As entrevistas semiestruturadas versaram sobre três eixos: o primeiro eixo dizia respeito à trajetória escolar, social e econômica desses militantes; o segundo enfocou as motivações que os levaram a participar do LPJ, as dificuldades enfrentadas para a manutenção da militância e as aprendizagens no período de participação; por fim, o terceiro eixo abordou questões referentes aos relacionamentos desenvolvidos, a atuação no LPJ e as interpretações/avaliações que eles têm sobre a militância. As informações obtidas através das entrevistas foram complementadas com a observação participante em reuniões do LPJ, em duas marchas de protesto das quais o LPJ participou e no encontro estadual da organização. O trabalho de campo foi realizado entre dezembro de 2008 e abril de 2009.

A estrutura deste artigo está organizada da seguinte forma: na primeira seção, são abordados os conceitos de identidade e esferas de vida e sua im-

portância na análise da construção do engajamento; a seguir, apresenta-se o Levante Popular da Juventude e suas principais ações; na terceira seção são abordadas as trajetórias de engajamento dos entrevistados, analisando os principais mecanismos identificados na pesquisa; na seção seguinte são enfocados os diversos sentidos atribuídos à militância; na sequência, salientam-se alguns tensionamentos no engajamento; por fim, analisa-se a *mística* com instrumento de identificação coletiva no LPJ.

Da condição juvenil ao engajamento militante: redes interpessoais, esferas de vida e identidade

Para realizar a investigação sobre os mecanismos que explicam o engajamento em movimentos sociais (no caso empírico, dos jovens militantes do LPJ), utilizaremos como referencial teórico os conceitos de identidade, conforme formulado por Ann Mische (1997), e de esferas de vida, segundo a proposição de Florence Passy e Marco Giugni (2000). Nossa intenção é aliar esses dois conceitos para apreender o processo de construção e manutenção do engajamento na organização pesquisada a partir da construção de uma identidade militante.

No estudo sobre as mobilizações juvenis *pró-impeachment*, ocorridas no Brasil em 1992, Ann Mische (1997) defende a utilização de um conceito relacional de identidade que permita apreender o dinamismo, a contingência e a multiplicidade das experiências juvenis e como estas se relacionam com os processos de mobilização. Segundo a autora é necessário analisar as transformações nas redes inter-pessoais e organizacionais nas quais os jovens se encontram, e como as estruturas diferenciadas dessas redes influenciam na articulação de projetos pessoais e sociais (MISCHE, 1997, p.138).

Para a autora, o conceito de identidade sofre com uma visão substancialista e estática, como se fizesse referência a algo que pré-existe às relações sociais nas quais os indivíduos se encontram inseridos. Assim compreendido, o conceito de identidade “não consegue focalizar o processo fluido e contingente da formação de identidades na interação dinâmica entre o ‘ciclo da vida’ da pessoa, a participação no movimento e as mudanças históricas da época” (MISCHE, 1997, p. 139). Para romper com essa visão substancialista e estática, a autora propõe uma re-elaboração do conceito de identidade a partir de três dimensões: a) identidade como reconhecimento, b) identidade como experimentação e c) identidade como orientação.

A primeira dimensão se refere a uma substituição da concepção de identidade como algo derivado de qualidades inerentes a determinadas categorias sociais (classe, gênero ou raça, por exemplo), por uma concepção de identidade como construção intersubjetiva no interior das redes sociais nas quais os indivíduos se inserem. Segundo a autora, atributos categoriais definem “simplesmente identidades *possíveis*, que se tornam visíveis, efetivas e relativamente ‘fixas’ apenas quando reconhecidas publicamente por outros, dentro do que Pizzorno (...) chama de ‘círculos de reconhecimento’” (MISCHE, 1997, p. 139), constituídos pelas redes de sociabilidade dos indivíduos. Redes diferentes potencializam determinadas possibilidades de reconhecimento identitário, enquanto bloqueiam outras, moldando os processos de identificação.

A segunda dimensão, a identidade como experimentação, ressalta que os reconhecimentos identitários são produzidos por meio das experiências dos indivíduos nas diversas e mutáveis redes das quais participam (família, escola, trabalho, amigos). Nesses espaços dinâmicos de experimentação, os indivíduos estabelecem compromissos, mesmo que provisórios, com “laços sociais e significados coletivos, que terão um impacto crítico nas suas opções ao longo da vida” (MISCHE, 1997, p. 139).

Por fim, a última dimensão, a identidade como orientação, considera a identidade também como um mecanismo usado pelos atores para orientar a ação futura. Na medida em que os indivíduos se encontram inseridos em várias redes e, assim, estão expostos a influências e pressões diversas, eles são confrontados com diferentes possibilidades de atuação no futuro que são avaliadas a partir das referências estabelecidas por aquelas inserções. Como salienta a autora,

Identities não são apenas categorias sociais que em si dão estrutura e sentido às redes sociais, mas são mobilizadas de forma seletiva, segundo os projetos emergentes dos atores, pelos quais eles tentam resolver conflitos e criar novas oportunidades de ação (...). Experiências dentro de vários locais sociais criam as oportunidades e barreiras, esperanças e frustrações, que levam os jovens a experimentar diferentes futuros possíveis, com mais ou menos receptividade às identidades e projetos pré-concebidos que são oferecidos pela sociedade (MISCHE, 1997, p.140).

A perspectiva proposta por Mische implica, então, em uma análise do engajamento militante como um processo de reconhecimento e experimen-

tação, imerso nas redes de sociabilidade dos indivíduos, através do qual se constroem identificações receptivas aos projetos de transformação social através da ação coletiva.

Essa perspectiva é complementada pela formulação de Passy e Giugni (2000; 2001) sobre as causas do (des)engajamento militante. Da mesma forma que Mische, esses autores enfatizam que as redes sociais são fundamentais para a explicação do envolvimento militante na medida em que elas não apenas possibilitam o contato entre os militantes potenciais e seus recrutadores, mas também porque criam uma estrutura de significados compartilhada sobre compromisso militante que ajuda a criar e sustentar a mobilização. Estas duas “funções” das redes sociais – recrutamento e socialização – são assim definidas pelos autores,

Nós podemos pensar a socialização como o papel cultural das redes, enquanto o recrutamento pode ser visto como seu papel estrutural. (...) redes sociais como “mecanismos de socialização” concorrem para a formação de um potencial de mobilização e proporcionam ou reforçam a consciência política para um determinado tema de protesto. De outro lado, a função de conexão estrutural atua ao final do processo, criando um contato entre os participantes potenciais e o movimento (PASSY e GIUGNI, 2001, p. 128).

Outra formulação de Passy e Giugni que é central para a argumentação teórica que embasa este artigo é a proposição de que a vivência dos indivíduos é constituída por diversas *esferas de vida*, que “podem ser definidas como ‘regiões’ distintas, mas inter-relacionadas, na vida de um indivíduo, cada uma com suas próprias fronteiras, lógicas e dinâmicas” (PASSY e GIUGNI, 2000, p. 121). A militância constituiria, assim, apenas uma das esferas de vida dos militantes, que se inter-relaciona com as outras esferas de vida vivenciadas cotidianamente por estes (família, trabalho, estudo etc.). A importância de cada uma das esferas de vida para os indivíduos variaria em função de sua presença e grau de ativação na vivência cotidiana: “Quanto mais frequentemente uma esfera de vida é ativada, mais provável que ela se torne importante na vida de uma pessoa. Além disto, a hierarquia das esferas de vida muda de acordo com o momento no ciclo de vida” (PASSY e GIUGNI, 2000, p. 122).

Assim, a produção e a manutenção do engajamento militante dependeriam, em grande medida, da articulação e coerência entre a esfera militante

com as outras esferas de vida do indivíduo. Como salientam Passy e Giugni (2000, p. 123), “quanto mais conectadas as esferas de vida centrais de um/a ativista a seu engajamento político, mais estável o seu comprometimento. Inversamente, uma esfera política isolada é provável levar a um ativismo limitado ou ao desengajamento”.

Articulando esses dois referenciais, parte-se do argumento que o engajamento militante tende a se produzir a partir de um alinhamento entre experiências e reconhecimentos vivenciados nas distintas esferas de vida dos indivíduos com as experiências e reconhecimentos específicos da esfera da militância. Neste processo, criam-se tanto os vínculos interpessoais quanto os sentidos compartilhados sobre os quais se funda a identificação militante.

Levante Popular da Juventude: trajetória e atuação

Tendo por base uma deliberação da Consulta Popular⁵, que buscava criar um movimento popular de juventude, militantes vinculados a essa articulação passaram a realizar atividades voltadas ao processo de organização e mobilização de grupos de jovens⁶. Assim, durante o ano de 2005, foram realizadas algumas reuniões que resultaram na constituição do denominado “Levante Popular da Juventude” (LPJ). As falas dos militantes que iniciaram esse processo ilustram como ele ocorreu:

Passamos a buscar alguns militantes mais dispostos e experientes que pudessem ajudar nesta construção. Passamos a nos encontrar em meados de 2005 e nos colocamos o desafio de, antes de tudo, tentar conhecer, por meio de pesquisas, a juventude brasileira. Só não aceitaríamos fazer isso num sentido academicista, de conhecer por conhecer. Era conhecer para lutar junto. Então, depois de juntar alguns dados, fazer alguns debates neste pequeno grupo de militantes de diferentes movimentos deste campo, mas com muita afinidade política, resolvemos sair de novo pra fora. Talvez um ou dois meses depois das primeiras conversas. Pois concluímos que, embora as pesquisas formais fossem auxiliares, só iríamos conhecer de fato a juventude estando no meio dela. Por isso, fomos atrás de diferentes grupos de jovens, muitos ligados à Igreja ou a cultura *hip hop*, principalmente de periferia, e que já tinha alguma referência em

⁵ Articulação de vários movimentos e organizações sociais com vinculação político-ideológica ao Movimento Sem Terra (MST), constituídos em 1997.

⁶ Apesar desta deliberação ter sido tomada no âmbito nacional, sua implantação foi descentralizada e cada estado desenvolveu uma dinâmica própria de organização. Neste sentido, o LPJ foi o resultante deste processo no estado do Rio Grande do Sul.

nossos movimentos. Fizemos alguns primeiros encontros, apresentando a proposta e ouvindo os demais, tentando apreender quais as principais preocupações e meios de aglutinar os jovens (Luís).

Duma Assembléia Popular foi destinado um cara, que é o Francisco, que nos acompanha e tal. E ele chamou uma vez uma reunião, convocou tudo que era jovem que ele conhecia. E entre esses jovens, convocou eu e o Luís. O Luís me convocou no dia. E aí, assim, a gente tava numa reunião com jovens e a gente discutindo: “– Ah, a gente quer organizar a juventude e tal”. Uma coisa muito genérica. Aí um gurizão levantou o dedo assim: “– Ah! Então vocês o que vocês querem fazer é um levante popular da juventude”. Aí a gente: “– Bah! Então é esse o nome” (Arthur).

Depois disso, em novembro de 2005, houve um encontro no Morro da Cruz⁷, com a presença de mais de 50 jovens. Nesse dia, os participantes discutiram sobre os maiores problemas da juventude e quais as possíveis soluções para eles. Segundo Luís, a luta antirracista e feminista já despontava como uma linha de ação importante. Também as apresentações culturais de capoeira e *hip hop* foram elementos importantes no dia.

Três meses depois, em fevereiro de 2006, ocorreria um acampamento no município de São Gabriel para lembrar os 250 anos da morte de Sepé Tiaraju⁸. Esse acampamento era organizado por diferentes movimentos sociais, grupos indígenas e entidades religiosas e foi uma oportunidade para a organização de um Acampamento da Juventude. Tal acampamento, segundo os entrevistados, preencheria a lacuna deixada pelo fim dos Acampamentos da Juventude realizados durante os Fóruns Sociais Mundiais de Porto Alegre e possibilitaria outro espaço de agregação da juventude para o debate político. Nesse momento, o LPJ ainda não tinha definido sua estrutura de atuação, a qual foi sendo construída de acordo com os grupos que iam se envolvendo na sua organização. Nesse período, houve aproximações e distanciamentos, o que nos possibilita inferir um tensionamento na construção e no debate político. Podemos perceber essas tensões a partir das falas dos entrevistados:

⁷ Bairro popular de Porto Alegre, localizado na região Partenon.

⁸ Líder indígena que se tornou um mito na luta pela terra no Rio Grande do Sul, sendo incorporado como elemento simbólico do discurso do MST no estado.

Embora ele [LPJ] tenha sido uma deliberação, ele foi bem pouco intencional. Não tinha uma visão estratégica, uma leitura da conjuntura muito profunda que diria que: – “Não, precisamos ter uma organização com tal e tal caráter e tal”. Não tinha muito isso. Tinha um sentimento, uma percepção de que era necessário construir um espaço de organização da juventude e aí se tirou o Francisco pra fazer isso e tal. E é por isso que o Levante nunca teve um modelo organizativo muito bem definido. Sempre foi meio gelatinoso, assim. Menos por opção e mais por consequência de como ele foi criado. Aí ele nasce como esse espaço de articulação das juventudes. Ele tinha esse caráter. Tanto é que nas primeiras reuniões participava pessoal do DCE [Diretório Central de Estudantes], enfim, organizações de diferentes matrizes, que nem necessariamente compartilhavam de todos nossos princípios políticos (Alex). No Levante, a gente surge de uma necessidade direta desse público dos Movimentos Sociais, muito mais ligadas ao MST, ao MTD [Movimento dos Trabalhadores Desempregados], Pastorais de Juventude. E esse público que é pautado pela ideia do Projeto Popular. Só que, na medida do caminho onde é que a gente foi andando assim, e principalmente da mobilização de 2006 pela Universidade [movimento pró-cotas], foi meio que “açúcar no formigueiro”. Juntou “formiga” de tudo quanto era tipo e gente de tudo quanto era tipo, dizendo: “– Ah, não! Vocês são os caras, é isso aí, mobilização e tal”. Só que com um conceito muito genérico (Arthur).

Bom, nós tentamos muitas vezes, desde lá, montar diferentes núcleos do Levante, espalhados pelos vários lugares do estado, onde a gurizada se identificava como Levante. Nossa ideia era nos organizar por núcleos locais. Destes saíam representantes que se encontrariam com outros representantes da cidade. Estes com outros de outras cidades da região, formando uma regional. E as regiões se encontrariam todo mês na estadual. Na prática, a gurizada sempre teve muita dificuldade em se organizar dessa forma descentralizada. Eram sempre os espaços estaduais que mais atraíam e, na prática, mantinha a organicidade da maioria (Luís).

Nesse acampamento de 2006, o LPJ conseguiu agregar em torno de 450 jovens, tanto do meio rural como urbano, e dele foram extraídos três pontos de reivindicação: educação, trabalho e cultura. Com essa linha, a primeira “luta” foi por uma “Universidade Pública e Popular” e tinha uma interseção com a organização de outro grupo chamado Grupo de Trabalho Ações Afirmativas (GTAA), formado na UFRGS mais ou menos no mesmo período e com algumas pessoas que organizavam o LPJ.

Em junho de 2006, o LPJ organizou uma manifestação nos *campi* da UFRGS com estudantes de escolas públicas. A mobilização teve dois momentos: no primeiro, foram realizadas diversas oficinas de grafite, rádio comunitária,

redução de danos e ações afirmativas; no segundo, ocorreram oficinas de grafite, apresentação de teatro e a entrega da reivindicação de políticas de ações afirmativas para o Vice-Reitor da UFRGS.

Então, depois do acampamento, seguimos trabalhando no tripé que sempre nos orientou: organização, formação e luta. Fomos organizando um grupo, crescentemente maior, que se organizava como Levante e que tocava suas atividades. Fomos apostando na formação, fazendo encontros mensais de estudo com *compas* mais experientes dos nossos diversos movimentos, como MST, MPA [Movimento dos Pequenos Agricultores], MAB [Movimento dos Atingidos por Barragens], MTD etc. E projetamos uma luta, que queríamos que fosse grande, para dali há alguns meses. A gurizada, então, junto com as demais atividades, se tocou a passar em colégios da periferia, igrejas, todos os lugares onde sabíamos que tinha jovens e que poderíamos chamar pra lutar juntos. Decidimos por fazer uma ocupação simbólica da UFRGS. Primeiro, porque no acampamento a gurizada tinha decidido como bandeira principal do Levante a educação. E como estávamos puxando a luta das cotas na UFRGS, achamos que seria bem simbólico começar por ocupar a UFRGS com uma gurizada da periferia que nunca entraria ali sem cotas, mas que ergueu e banca a existência daquela universidade (Luís).

A partir dessa ocupação iniciou-se uma campanha em defesa da “Educação Pública e Popular”, na qual os militantes iam até as escolas ministrar oficinas e debater a situação política do Estado. Essas oficinas resultaram numa manifestação em frente à Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul (SEC), na qual foi encenada uma intervenção teatral, em maio de 2008. Uns dias antes, em oficinas, foram preparadas faixas e várias músicas de reivindicação pelos estudantes. O LPJ também participou da campanha pela re-estatização da Vale do Rio Doce, promovendo debates em várias escolas de Porto Alegre. Além disso, esteve presente nas marchas organizadas pelo Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS), pelo MST, no Dia Internacional da Mulher, no 1º de Maio, no Grito dos Excluídos, na Marcha dos SEM, ou seja, em diversas manifestações organizadas pelos movimentos sociais e datas consideradas significativas pela esquerda. Isto se deve, também, ao fato de que o grupo é constituído por grande parte de jovens que já militam em outras organizações (MTD, MST, MPA, MAB).

O LPJ promove vários encontros estaduais, nos quais participam em torno de sessenta pessoas de várias partes do Rio Grande do Sul, sendo a maioria

delas proveniente da região metropolitana de Porto Alegre. São nesses encontros que ocorrem as formações sobre política e agitação e propaganda. Neles são combinadas ações em conjunto e deliberadas discussões sobre os rumos do movimento. Também é um momento no qual a *mística* e a noite cultural tem muita importância. É uma oportunidade na qual os integrantes mais novos conhecem outros membros do LPJ e começam a ser socializados na dinâmica da organização.

Atualmente o grupo se organiza por *células*, segundo sua denominação, ou seja, pequenos grupos organizados territorialmente que desenvolvem atividades em seus bairros e tentam agregar outros jovens. Na célula também se desenvolve o processo de estudo e de organização das atividades. Além dessa instância, existe a Secretaria Operativa, que reúne os integrantes mais orgânicos e são os responsáveis por organizar os encontros estaduais, as agendas de manifestação e atividades. Os entrevistados ressaltam que essa Secretaria tem o caráter executivo, de implementação das deliberações tomadas nos encontros estaduais.

O engajamento militante no Levante Popular da Juventude

Nesta seção, analisa-se o processo de engajamento dos entrevistados no LPJ, procurando identificar os mecanismos que viabilizaram o contato com essa organização e a sua constituição como um espaço significativo de atuação.

A partir das entrevistas, é possível identificar alguns mecanismos centrais na construção do engajamento no LPJ. Em primeiro lugar, destaca-se a presença de indivíduos que atuam como mediadores, conectando os projetos e estratégias de determinadas organizações sociais (no caso, a Consulta Popular e seus movimentos constitutivos MST, MTD, MPA, MAB, entre outros) com os projetos e estratégias daqueles que são recrutados para o LPJ.

Essa ação de mediação é claramente exemplificada pela trajetória de Luís. Tendo iniciado seus envolvimento político-sociais durante o ensino médio, Luís participou de atividades organizadas pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pelo Partido dos Trabalhadores (PT), mas não se enquadrou no modelo tradicional de militância oferecido por essas organizações. A partir do ingresso no curso de Ciências Sociais da UFRGS, em 2002, mesmo sendo um militante orgânico do PT, passou a discordar da maneira pela qual outros militantes do partido agiam dentro do movimento

estudantil, boicotando atividades que não fossem propostas pelo PT. Em função disso, começou a buscar outros espaços para militar. Ao participar de uma palestra na Universidade sobre a tentativa de golpe na Venezuela, conheceu a Associação pela Tributação das Transações Financeiras para Ajuda aos Cidadãos (ATTAC),

O que me aproximou, num primeiro momento, *foi o contato pessoal com os companheiros do ATTAC*. Uma relação de amizade, de parceria política. Em seguida, aquele grupo organizou um curso, no qual passaríamos um ano estudando o livro “Para Além do Capital”, de István Mészáros. Pra minha sorte, naquele grupo de estudos estavam alguns dos principais dirigentes dos movimentos da Via Campesina no RS. Foi ali que os conheci pessoalmente e fui encontrando o caminho de militância com o qual mais me identificava (Luís).

No final desse curso do ATTAC, em 2004, Luís ficou sabendo que o MTD estava organizando um trabalho de base junto aos núcleos do Programa Fome Zero, em Porto Alegre, e começou a participar dessa atividade.

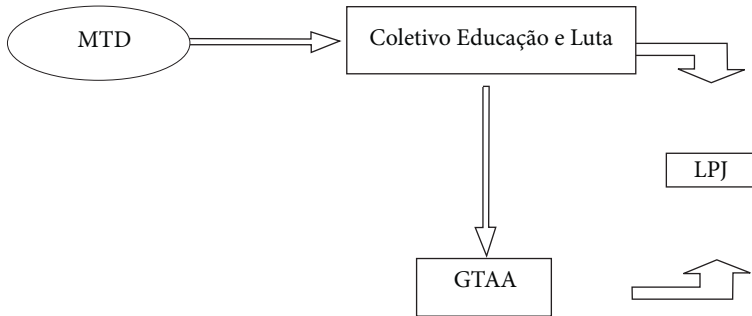
Comecei, então, a visitar núcleos nas vilas da região metropolitana e acompanhar alguns deles em reuniões com a prefeitura. Cada vez mais eu ia observando a distância imensa que existe entre o Estado brasileiro e seu povo. Seja a parte do Estado administrada pelo PT, no federal, seja na cidade ou no estado. Bom, passei, desde então, a acompanhar os núcleos do MTD e fui, aos poucos, me centralizando pela sua organicidade. Nesse meio tempo, a partir de março de 2005, passei a participar de outros espaços de convívio com *compas* de outros movimentos, de onde surgiu depois o Levante da Juventude (Luís).

Essa inserção junto ao MTD é combinada com a militância na UFRGS, onde Luís, juntamente com dois outros colegas do curso de Ciências Sociais – Arthur (amigo de Luís desde os treze anos, além de frequentarem juntos a *seicho-no-ie*⁹) e Alex – criam o Coletivo Educação e Luta. Através desse grupo, é feita a intervenção junto aos núcleos do Programa Fome Zero, referido anteriormente, e a criação do Grupo de Trabalho de Ações Afirmativas (GTAA), que teve uma atuação central na mobilização pró-implementação das cotas raciais na UFRGS, em 2006-2007. O Coletivo Educação e Luta, juntamente

⁹ Filosofia/religião de origem japonesa.

com indivíduos mobilizados pelo GTAA, constituirá o núcleo mobilizador e aglutinador do LPJ, conforme expressa a Figura 1:

Figura 1 – Articulação de organizações na constituição do Levante Popular da Juventude



Além disso, através de sua atividade com oficinas de *seicho-no-ie* em uma escola estadual de ensino médio, Luís (juntamente com Arthur) estabelecerá contato com Leandro, Zé e Rosa. A partir desse contato, esses indivíduos conhecerão o LPJ e, posteriormente, engajar-se-ão como militantes desta organização.

Assim, Luís atua como ator de conexão entre as demandas da Consulta Popular, no sentido da criação de um movimento de juventude, e indivíduos com os quais convive cotidianamente nas esferas de amizade, religiosidade e estudo, dando oportunidade a estes o contato com um determinado padrão de militância e engajamento alternativo às práticas tradicionais do movimento estudantil e dos partidos de esquerda.

Um segundo mecanismo observado na pesquisa e já parcialmente esboçado anteriormente, é a apropriação das relações e dos espaços de sociabilidade cotidiana – a oficina de *seicho-no-ie*, por exemplo – como condutos para os processos de recrutamento. Neste sentido, as relações de amizade, especialmente aquelas constituídas nos espaços escolares (colégio e universidade), foram destacadas por vários entrevistados como tendo centralidade na sua aproximação do LPJ e, desta forma, da militância. Seja indiretamente, através do convite de um amigo para participar da oficina de *seicho-no-ie* (como no caso de Leandro, que, assim, entrou em contato com Luís e, por meio dele, com o LPJ), ou diretamente, através do convite de um amigo para ingressar

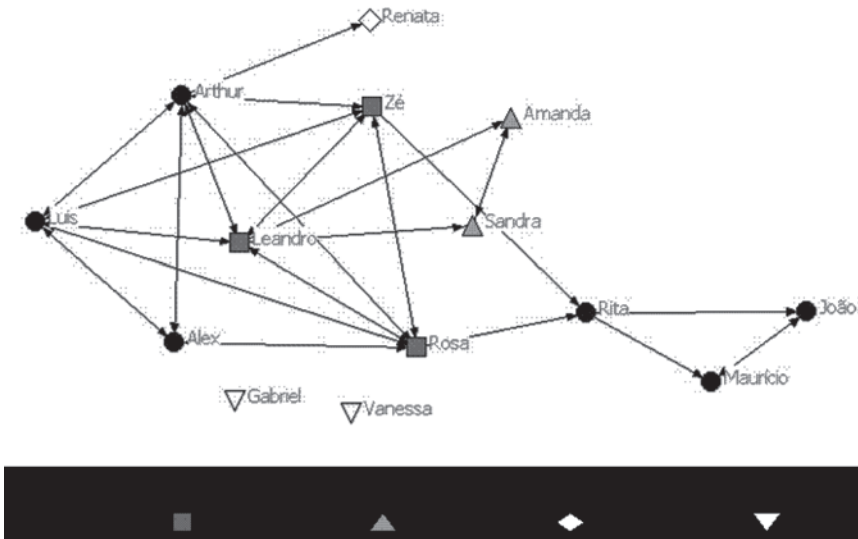
no LPJ (como no caso de Maurício, que foi convidado para participar por Rita, com quem dividia um apartamento), as relações de amizade tendem a ser o principal veículo para o contato com os militantes já engajados e para a construção do projeto de engajamento como algo significativo e, no limite, desejável. Ou seja, as relações de amizade tendem a desempenhar um papel central tanto para a de socialização quanto para a função de recrutamento definidas por Passy e Giugni (2001) anteriormente.

Apesar dessa centralidade das relações de amizade, outras relações e espaços também foram destacados como importantes para os processos de engajamento pesquisados. Neste sentido, alguns entrevistados destacaram as relações familiares como fonte de experiências, informações e/ou contatos que oportunizaram o engajamento. Isto é exemplificado pelo caso de Leandro: através de sua mãe, ele ficou conhecendo o trabalho que Amanda realizava em uma ONG no bairro onde moravam e, junto com Arthur e Luís, foi convidá-la para participar do Acampamento que o LPJ estava organizando. O engajamento de Renata também foi construído a partir dos vínculos familiares: sua mãe participava de reuniões do MTD e, indo com ela a essas reuniões, Renata entrou em contato com Arthur, que a convidou para atuar no LPJ.

Os espaços de trabalho também foram objeto de apropriação para produção de engajamento. Neste sentido, por exemplo, Amanda, ao mostrar-se receptiva e disposta a participar do Acampamento do LPJ, convidou algumas jovens inseridas nas atividades da ONG na qual trabalhava para também irem ao acampamento. Esse convite foi o mecanismo que colocou Sandra em contato com o LPJ e possibilitou seu posterior engajamento.

Por fim, outras organizações também desempenham um papel importante como espaços de recrutamento/engajamento, tal como ilustrado pelo caso de Vanessa: após um período de atuação na Pastoral da Igreja Católica, ela passa a se inserir no LPJ; através dessa participação junto ao LPJ, ela tem contato com militantes do MTD e acaba engajando-se nessa organização. Estas mediações e vínculos na construção do engajamento dos entrevistados podem ser visualizadas na Figura 2:

Figura 2 – Relações e recrutamento no Levante Popular da Juventude



Um terceiro mecanismo que desempenha um papel significativo no processo de engajamento é a socialização dos participantes em determinados marcos interpretativos que circulam no LPJ, levando a novas formas de analisar a realidade social e a alternativas de ação direta que estimulam a atuação militante. Essa transformação pode ser observada com clareza nas seguintes falas:

O que me mantém dentro do Levante é eu saber que tudo que eu... Como é que eu vou te explicar... Que, por exemplo, eu não sou pobre porque eu não trabalho ou eu não tenho força de vontade. Eu sou pobre sim, mas não porque eu não tenho vontade de trabalhar e estudar. Não tem a moradia porque não trabalha: não é isso, sabe. *Eu aprendi muito sobre isso, sobre o porquê das coisas*. Que isso é uma sociedade que te impõe. Enquanto existir pobre, vai ter o rico lá em cima. E o momento que nós tiver a maioria dos pobres, quem que eles vão explorar? (...) São coisas assim, sabe, que me fazem continuar no Levante e continuar lutando assim (Sandra).

Pra mim, assim, o que me interessa mais nesses encontros, no Levante, é as amigas que eu vou conquistar, a esperança de ter um mundo melhor. De um dia eu poder dizer assim ó: “- Eu lutei pelo que hoje muitas tem e pelo que eu também tenho. Eu ajudei a lutar, eu ajudei a construir”. E ter orgulho de poder dizer: “- Eu participo do Levante”. Porque é uma coisa que pra mim me dá muito orgulho de participar do Levante, sabe. Todo mundo, quando eu falo assim eu participo do Levante, todo

mundo pergunta: “– O que é o Levante?”. “– Ah, o Levante é a juventude, o Levante é a organização, é o poder de tu poder ir lá na frente e gritar”. Poder dizer assim: “– Eu quero isso porque é meu direito. Eu quero isso porque eu mereço isso”. () E eu gosto muito disso: de poder lutar pelo que eu quero. É o que todos tão lá tentando fazer. *Mas antes de lutar, tem que saber o que eu quero exatamente. E é isso que eu to aprendendo agora na formação* (Renata).

Essa socialização nos marcos interpretativos não é, no entanto, um processo isento de tensionamentos. Devido, de um lado, à heterogeneidade dos indivíduos reunidos no LPJ, particularmente no que se refere à origem social e aos níveis de escolarização, e, de outro, ao fato de que as posições de liderança são ocupadas por indivíduos com alto nível de escolarização, há uma tendência de estabelecimento de uma assimetria no processo de construção dos marcos interpretativos socializados no LPJ. Isto é identificado pelos próprios entrevistados, conforme o depoimento a seguir:

Os espaços de formação acabam sendo formação formal assim né. “– Ah, vamos estudar hoje. Ah, projeto popular para o Brasil”. Ele acaba sendo meio tenso assim, meio complicado de administrar justamente por isso: tu tem vários níveis assim, várias capacidades de apreensão. () Tipo aquela gurizada ali da Ilha [das Flores]¹⁰ que tava naquele nosso curso. Eu não sei até que ponto eles dominam certas categorias que são correntes no nosso discurso. Tipo essa ideia de Estado: até que ponto, quando a gente fala em Estado, eles conseguem identificar que é a instituição administrativa, governamental, burocrática e tal, política, e não a divisão administrativa da Federação. Não é o estado do Rio Grande do Sul. Essas categorias não sei até que ponto eles dominam. *Então, aparentemente, parece ser um processo digamos violento assim, né?* (Alex).

A diversidade de sentidos do engajamento

Como salienta Melucci (2001, p. 31), um ator coletivo não pode ser visto como um “dado empírico unitário. É necessário, ao contrário, interrogar o dado para descobrir como é produzido e extrair dele a unidade para fazer emergir a pluralidade de orientações, significados, relações que convergem

¹⁰ Área periférica da cidade, caracterizada por grande precariedade de infraestrutura urbana e baixíssimos indicadores socioeconômicos. Este local da cidade de Porto Alegre ficou bastante conhecido a partir do documentário de Jorge Furtado intitulado exatamente “Ilha das Flores”.

para o mesmo fenômeno”. Seguindo esta premissa, observa-se que os engajamentos no LPJ possuem significados bastante distintos para os jovens militantes entrevistados. Esses significados estão relacionados à posição que o engajamento ocupa nas trajetórias e nos projetos de vida desses indivíduos.

De forma geral, pode-se identificar dois principais padrões de significados atribuídos ao engajamento: de um lado, este é visto como um ato eminentemente político, de inserção em uma organização cujo objetivo principal é a intervenção transformadora da realidade social; de outro lado, o engajamento apresenta-se como uma oportunidade de novas sociabilidades, propiciando a construção de relações de amizade e de espaços de diversão.

O primeiro padrão – “militância como transformação” – pode ser identificado no seguinte depoimento de Vanessa:

O que eu acho que ajudou é que o Levante não tem uma pauta específica, ele vai construindo: hoje é educação, mas amanhã pode ser outra. Ele circula por várias pautas. E isso faz com que ele não seja simplesmente reivindicatório. Ele já sai disso. Ele consegue pensar além da necessidade econômica. Ele consegue pensar projeto e isso é muito importante pra quem tá se formando como militante. Todo mundo sai ou da universidade ou sai de condições difíceis, de periferia, e, em vez de diretamente reivindicar uma necessidade econômica, fazem o debate político. E eu acho que isso é muito interessante, porque é um avanço em relação aos movimentos. Tu tá formando gente pra discutir projeto e não pra discutir uma necessidade imediata. *Foi o Levante que me trouxe pra dentro do movimento e isso me ajudou a ter uma visão além do movimento, além de reforma.* O movimento tem o propósito dele de base, é de reforma, necessidade econômica. Mas como eu vim de um espaço que pensava além disso, que é o Levante, eu consigo ter uma visão além da própria reforma. E eu vejo isso em outros companheiro também que vem do Levante (Vanessa).

Conforme se observa neste depoimento, o principal aspecto de atração do LPJ seria a discussão e construção de um projeto político de transformação social que vai além das demandas particulares e pontuais, que caracterizaria grande parte das outras organizações e movimentos sociais. Desta forma, o LPJ propiciaria um espaço de atuação para aqueles indivíduos que, de um lado, estavam descontentes com as opções da política institucional e, de outro, queriam algo distinto das ações consideradas meramente reivindicatórias dos movimentos sociais. Para os militantes portadores desta perspectiva,

conforme ilustra o depoimento a seguir, as ações realizadas pelo LPJ deveriam estar orientadas por este “projeto político”, da mesma forma que as atividades internas deveriam “conscientizar” os militantes sobre este objetivo mais amplo que define o real significado ao engajamento militante:

Uma das primeiras pautas de mobilização nossa foi lutar por uma universidade pública e popular. Aí já tem uma interseção entre o GTAA e o Levante, porque a questão das cotas tava muito vinculada à universidade pública e popular. Era uma das principais demandas. E depois nós fomos ampliando as nossas reivindicações. Entendíamos que era necessário não só pleitear uma universidade pública e popular, mas uma educação pública e popular. Fazer uma discussão com outros setores que tavam, digamos assim, que não tinham nem perspectiva de entrar na universidade. Então nós começamos a fazer uma campanha em defesa da educação pública e popular. Aí, a partir disso, nós tiramos uma linha de se inserir nas escolas públicas. E nas escolas públicas, nós começamos a fazer várias atividades, oficinas. Um pouco a mesma linha: tu propor alguma atividade lúdica, recreativa ou artística-cultural e, nesse processo de oficinas, () tu ir politizando e ir fazendo um processo de construção de uma consciência crítica (Alex).

O segundo padrão – “militância como sociabilidade” – é exemplificado pela seguinte fala de um entrevistado:

Aí, em julho, teve o acampamento (). Pro pessoal se cativar, aí tem animação, festa, formação. E aí foi legal. Eu gostei da proposta. Achei interessante assim. Eu acho que é isso aí. (...) Que não foi lá, no acampamento, a formação em si que me cativou. Se falou, teve debate de gênero e tudo. Que é um debate até que bem ou mal a Universidade faz. Então não era uma coisa nova assim. *Me cativou mais foi as relações pessoais, com as pessoas, a proposta de relação mesmo* (Maurício).

Neste padrão, o espaço de militância atrai os indivíduos, em grande medida, pelas oportunidades de construção de relações interpessoais que transcendem o compartilhamento de um projeto político, envolvendo um forte conteúdo afetivo. Neste sentido, o LPJ (especialmente nos acampamentos) acaba se colocando, segundo a fala de outra entrevistada, como um espaço de amizade e diversão, de “rebeldia, mas também de amor” (Rosa). Para os indivíduos que possuem este padrão, as atividades do LPJ são avaliadas e valorizadas especialmente pelas vivências afetivas que propiciam e não

apenas pelo seu caráter instrumental de conscientização ou de mobilização militante.

Mas esses padrões de significado não são fixos, variando em função da trajetória dos indivíduos dentro da própria organização e de como esta se relaciona com suas outras esferas de vida. Essas mudanças podem ser visualizadas de forma muito marcante na trajetória de Zé. Inicialmente, seu envolvimento esteve muito marcado pela ideia da “militância como sociabilidade”, ou seja, sua participação estava mais relacionada à diversão e às amizades propiciadas pelas atividades no LPJ do que por um comprometimento com uma determinada causa política. Posteriormente, conforme expressa o depoimento abaixo, o engajamento vai adquirindo um significado distinto e ganha uma centralidade antes inexistente:

Aí eu fui pra um curso de agitação e propaganda na [escola] Florestan Fernandes. A gente já fazia algumas coisas em relação a agitação e propaganda, mas lá foi onde deu pra dar uma boa esquematizada assim, em técnicas. Conhecer um monte de coisas né. Aí, quando eu voltei pra cá, meio que *eu fiquei mais emocionado pra isso*. 2007 eu comecei a fazer teatro, teatro político dentro de uma oficina da Terreira da Tribo, que foi também um espaço de militância que eu achei. Porque eu queria fazer teatro, mas não achava um teatro legal de fazer. Aí quando eu vi que existia um teatro político, um teatro militante, eu acabei participando. E foi a Margarida que me indicou pra ir pras oficinas ainda, a Margarida do MST. Então pra ver como que foi: *tu entra nesse tipo de ambiente social, assim, e as coisas vão radiando pra várias oportunidades assim (Zé)*.

As tensões do engajamento militante

Conforme salientado por Passy e Giugni (2001), a produção e a manutenção do engajamento dependem de uma convergência ou, pelo menos, de uma coerência entre as diversas esferas de vida do indivíduo e sua atividade militante. Entre os indivíduos pesquisados observa-se que esta é, de fato, uma questão crucial e que continuamente gera tensionamentos pessoais e coletivos. Em particular, conforme expressa o depoimento a seguir, observa-se uma tensão entre as demandas de um projeto de vida individualizado e um projeto de vida inserido em um projeto coletivo:

É, eu acho que eu cada vez mais assim vou ter um projeto mais coletivo do que individual né. Mas tem várias coisas em jogo assim né... Teus pais. Então tu tem que te preocupar

com faculdade. Eu quero me formar rápido. Pra sobreviver tenho que pegar bolsa e tal. Mas meio que levo, por causa disso assim, meio que levo nas coxas assim na faculdade. E sempre to quase rodando por causa de faltas assim. *Eu gostaria de até ser mais coletiva, até onde dá pra ser o projeto mais coletivo eu vou assim. E eu acho que quanto mais tu vai te apropriando disso assim, da organização que tu tá ou mais convicção tu vai tendo dos ideais da bandeira que tu tem, com o tempo tu vai se planejando pra de repente ter um projeto de vida mais coletivo* (Rita).

O relato de Gabriel, a seguir, permite identificar os “sacrifícios” gerados para atuação militante na medida em que ela inviabiliza o desenvolvimento de atividades de outras esferas de vida (no caso, amizade e lazer) que são valorizadas pelo indivíduo. Por outro lado, mostra como se busca a compensação desses sacrifícios a partir do destaque às retribuições do engajamento (ANJOS, 2008):

Tá, tu perde algumas coisas. Tu vai deixar de fazer várias coisas que tu só vai fazer contigo mesmo, individuais. Tipo ir no cinema: tu vai deixar de fazer isso. Mas tu tá trocando por outras coisas. Que não é uma obrigação. Apesar da gente assumir tarefa, é uma coisa séria, mas tu faz porque tu gosta. É uma coisa que tu acredita. Às vezes eu fico meio brabo ter que levantar às 5h da manhã e vir pra Porto Alegre. Fico, mas é por uma coisa que eu acredito. Naquele momento eu to brabo, individualmente. Tá, queria tá em casa, dormindo, tá frio! *Mas depois, quando tu chega no lugar, vê todo mundo, que é uma coisa, tipo, maior que tu e tal, um sonho que todo mundo tem em conjunto, aí é bom. Eu acho que compensa* (Gabriel).

Assim, em função destas tensões na relação entre as demandas do engajamento e as demandas de outras esferas de vida dos indivíduos, observam-se algumas oscilações na intensidade do envolvimento dos entrevistados no LPJ como forma de conciliar a militância com os compromissos de esferas de vida, como o estudo e o trabalho.

A mística como mecanismo de reconhecimento e experimentação identitária

O enfrentamento das diferenças, assimetrias e tensões abordadas anteriormente é, em grande medida, realizado através de atividades que, seguindo uma denominação surgida nos movimentos sociais vinculados aos setores progressistas da Igreja Católica (em especial, o MST), integram a *mística* do

LPJ¹¹. Essas atividades são destacadas pelos entrevistados como constituindo momentos fundamentais para a manutenção dos vínculos entre eles. Praticamente todos se referem aos espaços da *mística* como uma aprendizagem emocional, algo que “alimenta a luta”. É nesses espaços que se busca vivenciar relações horizontais de fato, pois a ênfase coloca-se no sentimento das pessoas, diminuindo as assimetrias fundadas nas diferenças educacionais.

A gente costuma trabalhar nos nossos espaços tanto a questão do lúdico, da brincadeira, do jogo, da diversão, quanto essa dimensão da mística, que é do sentimento, da paixão, do compartilhar, do expor seus sentimentos. *E esses espaços que a gente cria nos nossos encontros de formação são extremamente integradores porque eles são muito horizontais.* Eles não pressupõem pré-requisitos pra te poder participar (Alex).

Os vínculos ideológicos e, especialmente, afetivos entre os militantes são, assim, reforçados nesses espaços de formação, nos encontros estaduais, nas mobilizações e no trabalho cotidiano de reuniões e oficinas. Com isso, os laços de amizade se estabelecem e se fortalecem, contribuindo para a constituição de um coletivo motivado para realizar as atividades, ao mesmo tempo que auxilia na inserção dos novos militantes. A *mística*, então, é o espaço no qual a organização constrói seus símbolos identificadores e incentiva a continuidade da luta a partir da intensificação e expressão de sentimentos vivenciados no grupo.

O movimento social () se propõe a ser, *a criar, digamos, dentro dessa sociedade, na medida do possível, as relações sociais necessárias pra criar a nova sociedade.* Então, digamos que os movimentos sociais, as estruturas, os espaços de poder popular que os movimentos constroem, eles devem ser espaços que se contrapõem a esse modelo através da construção de outras relações sociais possíveis em outra sociedade, que não essa. Nós não tamo ali pra reproduzir. Nós tamo ali pra criar o novo. E essa dimensão do lúdico é fundamental pra estimular a inventividade, a criatividade, a relação, a integração, a não competitividade, a cooperação. Então é uma dimensão que a gente trabalha, tanto nos nossos encontros, tanto nas oficinas que a gente faz nas escolas, que é super importante pra isso: pra criar novas relações. Isso é um aspecto. E nisso se aprende também. Tu aprende valores, tu aprende a como se comportar, tu aprende a perceber o mundo de outras formas (Alex).

¹¹ Sobre a constituição deste campo movimentalista, a partir do final dos anos 70, ver Doimo (1995).

Assim, percebe-se que o processo de identificação militante é contínuo e explicitamente trabalhado pelo LPJ através dos momentos de *mística*, quando os participantes têm a oportunidade de vivenciar relações dotadas de alta carga emocional, ao mesmo tempo em que constituem um “círculo de reconhecimento” no qual os projetos individuais se integram em um projeto coletivo fundado no engajamento militante. Como resultado deste processo, gera-se um fortalecimento dos laços coletivos que, no limite, assumem a centralidade expressa na seguinte afirmação: “o pessoal do Levante é a minha segunda família” (Sandra).

Considerações finais

A partir da análise desenvolvida ao longo deste artigo, é possível observar a centralidade das relações interpessoais, tal como destacado por Mische (1997) e Passy e Giugni (2000), na construção do engajamento militante. No entanto, o processo analisado demonstra a necessidade de refinar este argumento a partir da seguinte advertência de McAdam:

Grupos ou redes existentes (da mesma forma que laços prévios) são aptos tanto a constranger quanto a facilitar o protesto. Ponto de partida: não são os laços prévios ou a estrutura do grupo que viabiliza o protesto, mas antes as conversações interativas que aí ocorrem e levam à criação de significados compartilhados e identidades que legitimam a ação coletiva emergente (McADAM, 2003, p. 290).

Assim, são os laços constituídos com mediadores atuando no sentido de atrair novos militantes e, posteriormente, com um conjunto de indivíduos que atribuem um sentido positivo ao engajamento que vão oportunizar as condições relacionais para a construção de uma identidade militante capaz de sustentar um engajamento ativo no LPJ.

Neste processo, destaca-se a função socializadora das redes sociais, tal como salientado anteriormente por Passy e Giugni (2001) e qualificado por Passy (2003) da seguinte forma:

As orientações culturais dos indivíduos não são um simples reflexo de suas posições sociais; elas se desenvolvem em redes de interações sociais. As redes sociais nas quais os atores interagem comunicam significados (p.ex. símbolos, rituais, narrativas) que

constroem e solidificam identidades e formatam os quadros cognitivos dos atores (). Uma vez que os indivíduos estão integrados em redes formais e informais, eles se encontram em uma estrutura interativa que os capacita a definir e redefinir quadros interpretativos, facilita os processos de construção identitária e fortalecimento identitário, e cria ou fortalece a consciência política para um determinado tema de protesto. Favorecendo a identificação com determinadas questões políticas, esta função das redes constitui a condição inicial para o estabelecimento do processo de enquadramento que ocorre entre um indivíduo e um movimento social (PASSY, 2003, p. 23-24).

Confrontando, no entanto, um forte viés cognitivista presente na citação anterior e, de forma mais geral, na literatura sobre marcos interpretativos, o caso analisado mostra claramente que a dimensão emocional apresenta uma importância central para o processo de identificação e engajamento militante. O envolvimento e a permanência na militância, entre os pesquisados, tende a se fundar, em grande medida, nos afetos e emoções compartilhados pelos militantes do LPJ, (re)produzidos através daquilo que Aminzade e McAdam (2001) denominam de socialização emocional. Neste processo, os momentos de *mística* desempenham um papel fundamental, intensificando emocionalmente a experimentação e o reconhecimento identitário militante.

Por fim, o caso analisado demonstra as diversas dificuldades enfrentadas para a manutenção do engajamento, indicando as tensões geradas pelas distintas e, por vezes, conflitantes dinâmicas e demandas das esferas de vida dos indivíduos. No caso dos militantes do LPJ, esse tensionamento é ampliado devido à grande instabilidade gerada por sua posição – jovens – no ciclo de vida. Diante disso, o engajamento é viabilizado pelo investimento de fazer o LPJ não apenas um espaço de atuação política, mas também um espaço de estudo, de diversão, de amizades e de trabalho.

Apesar dos limites deste artigo (e das especificidades do caso por ele abordado), ele demonstra a importância de aprofundar o estudo dos processos de engajamento, rompendo com as visões que naturalizam tais processos e impedem o desenvolvimento de referenciais analíticos adequados à complexidade dos mesmos. Neste momento de retomada dos estudos sobre os movimentos sociais, espera-se que este foco de investigação ganhe maior atenção dos pesquisadores brasileiros, possibilitando uma qualificação no estudo dos processos de micromobilização, tradicionalmente relegados a segundo plano no país.

Referências bibliográficas

- AMINZADE, Ronald R. & MCADAM, Doug. 2001. "Emotions and contentious politics". In: AMINZADE, Ronald R. *et al.* (eds.). *Silence and voice in the study of contentious politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ANJOS, Gabriele dos. 2008. "Liderança de mulheres em pastorais e comunidades católicas e suas retribuições". *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 31, p. 509-534.
- DOIMO, Ana Maria. 1995. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS.
- FILLIEULE, Olivier. 2001. "Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel". *Revue Française de Science Politique*, Paris, v. 51, n. 1-2, p. 199-215.
- GAXIE, Daniel. 2005. "Rétributions du militantisme et paradoxes de l'action collective". *Swiss Political Science Review*, St. Gallen, v. 11, n. 1, p. 157-188.
- KOWARICK, Lúcio. 2000. *Escritos Urbanos*. São Paulo: Editora 34.
- MCADAM, Doug. 2003. "Beyond structural analysis: toward a more dynamic understanding of social movements". In: DIANI, Mario & MCADAM, Doug (eds.). *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. Oxford: Oxford University Press.
- MELUCCI, Alberto. 1990. "Collective action as a social construction". *Paper* apresentado no grupo temático "Social Classes and Social Movements", XII World Congress of Sociology, Madrid, julho.
- _____. 2001. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- MISCHE, Ann. 1997. "De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política". *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5/6, p. 134-150.
- PASSY, Florence. 2003. "Social networks matter. But how?". In: DIANI, Mario & MCADAM, Doug (eds.). *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. Oxford: Oxford University Press.
- _____ & GIUGNI, Marco. 2000. "Life-spheres, networks, and sustained participation in social movements: a phenomenological approach to political commitment". *Sociological Forum*, Piscataway, v. 15, n. 1, p. 117-144.
- _____. 2001. "Social networks and individual perceptions: explaining differential participation in social movements". *Sociological Forum*, Piscataway, v. 11, n. 1, p. 123-153.

TARROW, Sidney. 2009. *Poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis, RJ: Vozes.

TILLY, Charles & TARROW, Sidney. 2007. *Contentious politics*. Boulder: Paradigm Publishers.

Resumo

Após um período de relativo declínio da produção acadêmica brasileira voltada ao tema dos movimentos sociais, observa-se uma retomada desse campo de estudos em anos recentes. É no bojo desse processo de retomada que este artigo se insere, buscando contribuir para qualificar o tratamento analítico de um processo fundamental para o estudo dos movimentos sociais: a construção do engajamento militante. Para desenvolver esta investigação, este artigo toma como objeto empírico o engajamento de indivíduos no denominado Levante Popular da Juventude (LPJ), uma organização que agrega jovens de vários movimentos sociais, além de grupos culturais e estudantes. Mais especificamente, analisa como as redes interpessoais e a conjugação entre militância e esferas de vida influenciam no engajamento daqueles indivíduos, criando uma identificação coletiva enquanto jovens e militantes.

Palavras-chave: esferas de vida; identidade; juventude; movimentos sociais; redes sociais.

Abstract

After a period of relative decline of the Brazilian academic production focused on the theme of social movements, there is a revival of this field of studies in recent years. It is in the midst of this process of recovery that this article is inserted, seeking to describe the analytic treatment of a fundamental process for the study of social movements: the construction of militant engagement. To develop this research, this article takes as its empirical object the engagement of individuals in the *Levante Popular da Juventude* (LPJ), an organization that brings together young people from various social movements, besides cultural groups and students. More specifically, it examines how the inter-personal networks and the linkage between militancy and life spheres influence the commitment of those individuals, creating a collective identity as young people and militants.

Key words: life spheres; identity; youth; social movements; social networks.

Recebido em setembro de 2009.

Aprovado em outubro de 2009.